Introdução

Ao estudar nas universidades sobre crianças e adolescentes é observado uma hegemonia da lógica desenvolvimentista e de um ponto de vista histórico eurocêntrico, branco, cis heteronormativo. No Brasil, a partir da invasão portuguesa, o genocídio e escravização dos povos originários e da população negra, bem como a exploração dos corpos pobres, dissidentes de gênero e de sexualidade são determinantes para se pensar-olhar as infâncias e adolescências brasileiras (aqui trago no plural para falar da pluralidade de existências e vivências dessa fase da vida).

A dificuldade, não só como profissional individualmente, mas também da rede socioassistencial como um todo em lidar com esses meninos e meninas que “não cabem” nas políticas públicas existentes. Eles e elas não seguem os protocolos feitos, “não respeitam” a ordenação das coisas, não se reconhecem nestes modos de funcionar pensadas pelo “mundo adulto”, dessa forma, desafiam a todo instante e momento as regras das instituições que os atendem.

São inúmeros, os corpos de crianças e adolescentes que não cabem nas salas de aula, nos contraturnos escolares, nas redes de saúde, nas instituições de abrigo e encontram na violação de regras, leis e normas a possibilidade de existência bem como a violência e negligência do Estado que vivenciam quando “não cabem” nas políticas pública vigentes.

Neste trabalho serão relatadas cenas que nos convidam a repensar o paradigma branco, cis, hetero, cristão, a partir da figura dos exús-mirins. Bairrão (2004), em seu artigo “Sublimidade do mal e sublimação da crueldade: criança, sagrado e rua, apresenta como a Umbanda, religião afrobrasileira acolhe (não sem resistência) em suas manifestações e rituais os “exus-mirins”, os quais “refletem a delinquência infanto-juvenil das crianças de rua, sem disfarces ou recondicionamentos (...) estas crianças que se defendem assustando, intimidando, e podem de fato ferir, socializando as suas defesas” (p.63).

O autor refere que, nesta expressão de espiritualidade, é dada a oportunidade não somente de uma elaboração de um trauma social, de uma ferida aberta da sociedade brasileira, mas também da transformação dessas

experiências em possibilidade de cuidado e proteção para o outro no trabalho espiritual.

A missão dos mirins é equacionar terror e encanto, ódio e gratidão. Conjugam a atrocidade com sublimidade em todos e com todos, sem exclusão ou opressão, psicológica nem social. Ressoam uma experiência limite de crueldade humana contra o humano. Sublimam o impensável horror do desabrigo e desamparo, precocemente imposto a seres ainda “sem pernas” para se virarem sozinhos. Propiciam o manejo de um trauma social e abuso extremo, com efeitos de cura, não propriamente de fatos sociais objetivos (embora relativamente a estes os umbandistas desenvolvam trabalhos de cuidado e culto do povo de rua literalmente presentificado em grupos sociais concretos, entre os quais crianças de rua), mas do olhar que lhes é dirigido, habitualmente retorcido, quer por pavor e rejeição, quer por sentimentos de piedade e percepções de carência (BAIRRÃO, 2004, p.72)

É fato que estes olhares de pavor/rejeição ou piedade/carência, este maniqueísmo envolve as crianças e adolescentes em situação de rua estão embaralhados nas nossas práticas profissionais cotidianas. Como profissionais, estamos também arraigados nas estruturas presentes na nossa sociedade fruto do projeto de colonialidade que ocorreu neste país.

Faz-se importante destacar que a criação de sentimentos duais é muito atrelada a religiosidade judaico-cristã que marca profundamente nossa sociedade, uma vez que esta expressão religiosa têm como características relevantes sentimentos entre o ‘profano’ e ‘sagrado’, principalmente quando tais aspectos contrastantes estão tão intrinsecamente ligado ao imaginário infantil que na linha de pensamento europeu-cristão é tão íntimo da pureza/inocência tendo as crianças uma representação angelical, quase santificadas (MENDONÇA; PACHECO, 2023).

Neste sentido retomo a potencialidade da manifestação religiosa presente na Umbanda a qual tem como mérito uma postura ética de não tentar mudar o jeito de ser dos “exus-mirins”, ao contrário, acolhê-los em sua totalidade, inclusive na sua delinquências e rebeliões, fazendo com que seus defeitos, tornam-se virtudes, é uma maneira popular de reiterar a normalidade dessas crianças e de compreendê-las como integrantes de pleno direito da família humana, muito semelhantes com quem somos. Isso é feito sem negar o modo

potencialmente maldoso de se ser humano e infantil, articulando o seu sentido e funcionalidade ao todo existencial contemporâneo, na forma da sua admissão num enredo narrativo do cotidiano social e de funções rituais. (BAIRRAO, 2004, p.71).

É a partir desta discussão que, para além de um convite a uma exploração de novas formas de perceber essas crianças e adolescentes da rua, que propomos mudanças objetivas no cuidado ao “terrorizar” os espaços familiares, institucionais e escolares, no sentido da ampliação da hospitalidade, tecendo proteções e garantindo direitos.

As cenas a seguir foram vivenciadas como trabalhadora de um CAPS ij III no centro do município de São Paulo entre os anos de 2020 e 2024. Destaca-se que estas ocorreram tanto dentro do serviço quanto na abordagem de rua feita semanalmente pela equipe multiprofissional.

“Eu sou Exú-mirim tia! Eu vejo tudo!” - J. 15 anos

Era um ano que perdemos mais adolescentes que a estatística poderia contar, e o contrário do que as pessoas podem pensar daquele período de pandemia, nenhuma das mortes havia sido por covid, mas sim por violência, violações e seus desdobramentos para a vida de tantas crianças e adolescentes cujas vidas não cabem em um estatuto. As quais não cabem em diagnósticos, nem em escolas com modelos militarizados, nem em políticas públicas ríspidas e rígidas. Esses menino-mapa, que guiam por becos, vielas e fazem do caos tantas vezes uma forma de não só sobreviver, mas também de viver. É na rua, que amam, sofrem, aprendem, vivem, mas também morrem.

E é através de um desses meninos que vou contar uma das maiores verdades que já ouvi em uma situação de “crise” (tantas vezes o que é lido como “crise” é um explosão sem filtros de dores e verdades). Assim, nesse dia, ele estava sob o uso do famoso “sangue de boi”, um lança perfume mais barato comercializado no centro de São Paulo e largamente consumido pelas pessoas em situação de rua, em especial os meninos e meninas. E foi após um uso durante dias dessa substância e em situação de rua dessas que nos encontramos em um momento em que a angústia, a tristeza, o assombro e terror estavam pulsando em todo seu corpo. Enquanto subia na mesa tentando se desvencilhar de tudo e de todos e gritava que não poderia tocar em ninguém, que se tocasse iria matar a pessoa, afinal “todo os menino tão indo pro buraco tia, pro buraco tia! Você acha que eu não vejo? Eu... eu sou Exú-mirim tia! Eu vejo tudo”.

FROZEN MANCHADA

A menina devia ter seus 7 anos pelas nossas contas. Acompanhamos sua família há anos, o suficiente para lembrar dela como um bebê de colo pro tempo que parecia ser alguns dias atrás. Ela veio correndo e pulando em frente à catedral da Sé com o objetivo claro (para nós) de nos dar um susto-supresa! Ela grita e a gente se assusta na brincadeira. Ela dá um abraço forte e começa a falar, falar e falar. Conta que sua mãe estava ali perto e tinha dado dinheiro para ela fazer missão de gente grande. Que tinha ido comprar lança pra ela e pros seus irmãos mais velhos.

Enquanto ela contava da sua missão e das suas traquinagens no meio do caminho com muitos adultos, confessa que tinha experimentado o frasco vermelho e que tinha ficado “tontinha”. Gargalhava com olhos curiosos tentando desvendar se a gente daria uma bronca ou falaria alguma coisa. Mais um dia que não tem conceito ou teórico que ‘dê conta’. A gente parvamente tenta conversar se ela sabia o que era, para que servia, do que era feito, mas não tinha mais conversa, se afasta com seus cachos na cabeça e sua camiseta da Frozen manchada de lança perfume. A gente fica e se olha com uma mistura de preocupação com “o que a gente vai fazer?”.

“É ASSIM QUE SE FAZ TIA”: SOBREVIVÊNCIA, POTÊNCIA E DELINQUÊNCIA!

Tem dia que a gente só sai por teimosia do serviço. Tem tanta coisa que fazer, que se você deixar a instituição e burocracias (algumas delas necessárias, outras nem tanto) te puxam pra dentro e esse foi mais um dia assim. Perua, coletes, lembrando de falar com um menino ou outro que precisa ligar pro serviço de medida¹ pra não ficar em “busca”. Descemos na praça da Sé e logo deságua uma chuva que a gente não tinha previsto. Aquele calor com chuva forte de verão a gente desce as escadarias do metrô pra esperar a chuva melhorar. Encontramos assim alguns meninos e meninas que tinham corrido pra lá também pra se abrigar da chuva. Nos aproximamos, os rostos conhecidos, alguns viram a cara outros dão abraço. Enquanto conversávamos um menino conhecido chega e grita “tia, tia! O coxinha tá ali, tia! Tremendo todo!”.

Não, não foi a primeira nem, infelizmente, última vez que isso já tinha acontecido com a gente. Nos aproximamos já com aquela agonia no corpo. Fizemos o pouco que podíamos fazer, uma fica, uma liga pro SAMU, uma sai pelo metrô procurando os seguranças, alguém que pudesse ser de alguma ajuda pra ser mais rápido o resgate. Por essa e por outras não se faz rua só.

A minha mão tremia no celular e o SAMU perguntava, “onde fica a Praça da Sé, senhora, preciso de uma rua de referência pra acionar o chamado”. O ódio explodia dentro, junto com o suor que caia e molhava a tela do telefone. Peguei uma rua aleatória pensando que, mesmo com todas as instruções indicando que estávamos no metrô da praça da Sé, essas eram insuficientes sem um nome de rua. O menino tremia, e tinha que avisar quando ele respirava. Procurava nos olhos da minha amiga qualquer consolo pelo desespero que a gente sentia e, ao mesmo tempo, tentávamos pensar juntas no que fazer. Chamado feito. Nos restava apenas esperar. Minha outra amiga chegou suada e gritou “não tem ninguém, não tem ninguém”.

¹ Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (SMSMA) – serviço que existe para que sejam aplicadas as medidas socioeducativas como Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade para adolescentes que cometeram algum ato infracional. As medidas são determinadas pelo juiz.

Os meninos já estavam alertas e começaram a roubar e gritar lá no metrô “vamo tumultuar mesmo!” Em menos de cinco minutos apareceram três seguranças querendo bater nos meninos e eles correram em direção a gente. Falamos com o segurança sobre a situação, ele acionou uma emergência local. Chegou a ambulância.

Saem correndo sumindo na escadaria do metrô, quando um deles grita pra mim enquanto desaparece pelas vielas “é assim que se faz tia!”

Conclusão

A partir da reflexão, afetação e provocação trazidas tanto pela parte teórica quanto pelas cenas, esperamos despertar o convite a pensar outras infâncias e adolescências brasileiras, aquelas que não cabem nas regras e nos protocolos feitos e que diariamente desafiam os profissionais.

Referências bibliográficas

BAIRRÃO, J. F. M. H. Sublimidade do mal e sublimação da crueldade: criança, sagrado e rua. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v. 17, n. 1, p. 61–73, 2004.

MENDONÇA, J. F.; PACHECO, T. da S. Colonialidade de poder e religião: repercussões no tempo presente. **PLURA, Revista de Estudos de Religião /PLURA, Journal for the Study of Religion, [S. I.]**, v. 13, n. 2, p. 170–184, 2023. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/2193>. Acesso em: 22 nov. 2023.